

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

UNIÃO EM BUSCA DO BEM ESTAR SOCIAL



OBJETIVO

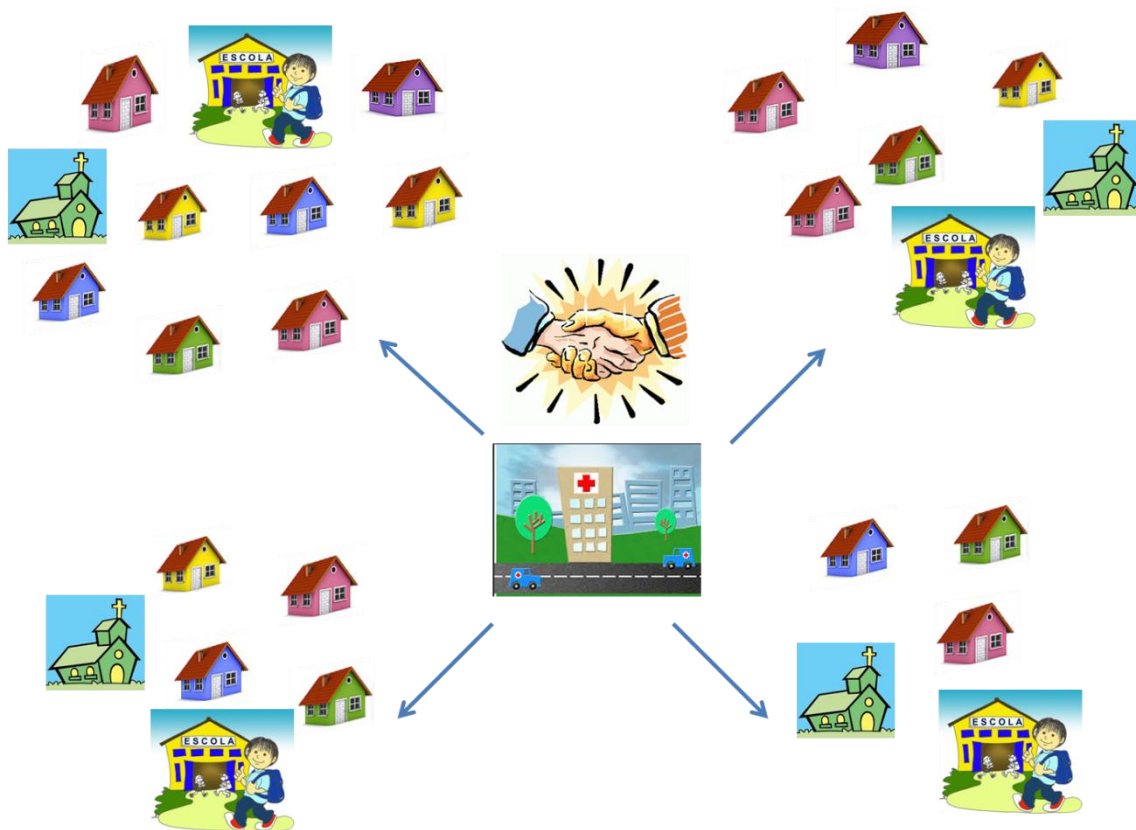
O objetivo desta cartilha é fornecer informações gerais sobre Consórcios Públicos e, principalmente, orientar acerca dos procedimentos necessários para associar-se, constituir, gerir e prestar contas de um consórcio.

CONSÓRCIO PÚBLICO

CONCEITOS E PRINCÍPIOS

- *Consórcio Público é uma pessoa jurídica formada exclusivamente por entes federados com a finalidade de realização de objetivos de interesse comum.*

O Consórcio Público deve ser norteador, prioritariamente, pelos princípios constitucionais da legalidade, eficiência e publicidade e no caso de atuação na área de saúde, pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS



DOCUMENTO FONTE: MANUAL DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS – Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – vol. 18 – 2010

INTRODUÇÃO

Os Consórcios Públicos em Saúde têm-se constituído em ferramentas fundamentais de gestão associada e eficiente na redução de custos com respostas rápidas às comunidades em vários estados brasileiros.

Esse modelo possibilita uma nova perspectiva na implantação de ações bem-sucedidas na área da saúde tornando-se um instrumento inovador de gestão. O Governo do Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/SES-GO, incentiva a formalização de consórcios de direito público e natureza autárquica, sobretudo intermunicipal, por entender que esse modelo de gerenciamento de serviços e ações de saúde é o mais adequado para nossa realidade e a situação dos municípios goianos.



Municípios isolados



Pouca força e pouca resolutividade.



Juntos buscam soluções



Alcançam resultados

O QUE É CONSÓRCIO PÚBLICO?

Consiste na união entre dois ou mais entes da federação, sem fins lucrativos, com a finalidade de prestar serviços e desenvolver ações conjuntas que visem o interesse coletivo e benefícios públicos.

Constitui-se numa associação pública com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos. (Art. 2º, I, do Dec. 6.017/07).

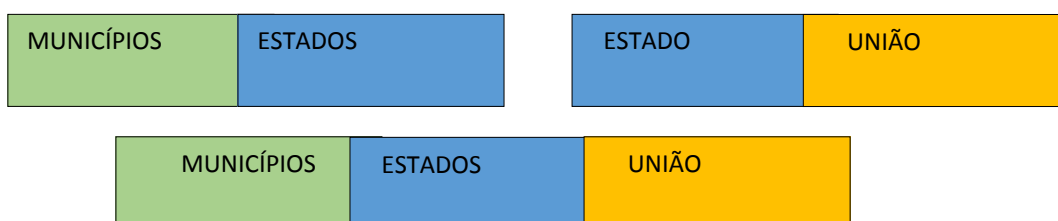
FORMAS DE ASSOCIAÇÕES:

Os entes federados podem associar-se de duas formas:

Horizontal – quando são constituídos por entes da mesma esfera de Governo:



Vertical – quando constituído por entes de diferentes esferas de Governo:



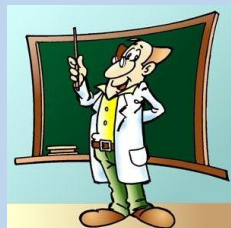
O consorciamento é uma importante estratégia para articulação e mobilização dos entes federados, que de forma cooperada, executam ações e serviços de saúde, possibilitando uma nova perspectiva na implantação de ações bem-sucedidas, tornando-se um instrumento inovador de gestão, com ganho de escala e poder de negociação, fortalecendo a governança regional.

PERSONALIDADE JURÍDICA DO CONSÓRCIO

Para constituir um Consórcio, a lei estabelece a obrigatoriedade da criação de uma pessoa jurídica, para que possa assumir direitos e obrigações. A personalidade jurídica pode ser de **direito público ou de direito privado**.

1. Consórcio de Direito Público

A lei prevê que o Consórcio de Direito Público é uma associação pública de natureza autárquica, integrante da Administração Indireta e deve obedecer a todos os princípios a administração pública.



Autarquia - pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, para desempenhar atividades típicas da administração pública de forma descentralizada, dotada de autonomia administrativa e financeira, com patrimônio e receita próprios.

2. Consórcio de Direito Privado

Pessoa jurídica instituída para a realização de objetivos de interesses comuns, personificada sob o direito privado. Pode adotar a forma de associação ou de uma fundação. Mesmo regido pelo direito privado, obedece às normas de direito público. Independentemente da personalidade jurídica, o Consórcio terá que atender às normas de direito público.

POR QUE CONSÓRCIOS PÚBLICOS?

No campo gerencial, os consórcios agilizam a execução de projetos, barateiam custos e atendem mais direta e adequadamente às demandas locais e regionais;

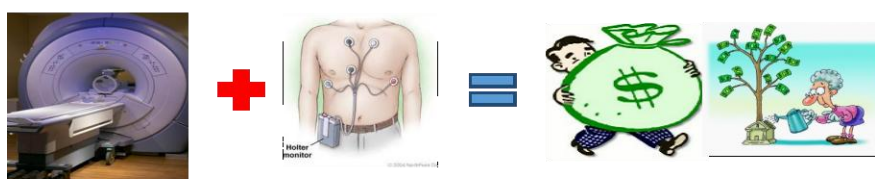
- Os consórcios são instrumentos de descentralização de recursos técnicos e financeiros;
- Garantem maior cooperação, maior descentralização e maior importância para os municípios;
- Garantem ganhos de escala, melhoria da capacidade técnica, gerencial e financeira de grupos de municípios;
- Permitem alianças em regiões de interesse comum, melhorando a prestação dos serviços públicos colocados à disposição dos cidadãos;
- Contribuem para a transparência das ações das esferas de poder envolvidas e para a racionalização e otimização na aplicação dos recursos públicos.

Os Consórcios Públicos dispõem ainda de peculiaridades que lhes proporcionam maior flexibilidade em relação à administração direta:

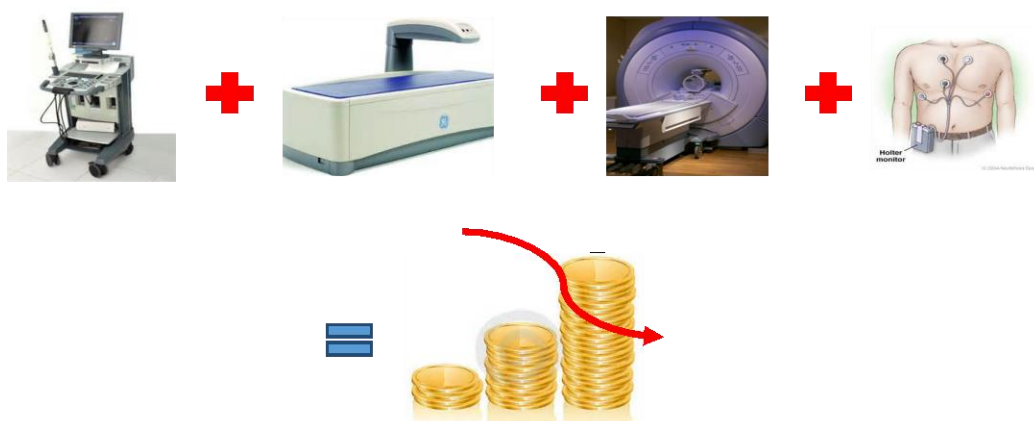
- Celebrar contrato de gestão, nos termos e limites da legislação estadual pertinente, contrato de programa ou termo de parceria, respeitados, no último caso, os critérios e disposições da legislação federal aplicável;
- Licitar serviços e obras públicas visando a implementação de políticas de interesse comum dos entes consorciados, desde que aprovado pela Assembleia Geral;
- Dispor de maiores valores nos limites de licitação. Os valores são contados em dobro quando o Consórcio é constituído por até 03 entes federados, ou o triplo, se formado por um número acima de três (03) consorciados;
- Firmar convênios, contratos e acordos;

- Receber auxílio, contribuição ou subvenção;
- Celebrar concessões, permissões e autorizações de serviços públicos;
- Gozar de maior flexibilidade no poder de compra, na remuneração de pessoal e de pagamento de incentivos;
- Ser contratado pela administração direta ou indireta, sem necessidade de licitação.

Não Consorciados



Consortia dos



ETAPAS PARA A CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS

1ª ETAPA:

Protocolo de Intenções - O Protocolo de Intenções é um dos principais documentos na constituição do Consórcio. Por meio dele são estabelecidas as condições para o seu funcionamento. O conteúdo mínimo deve obedecer ao que está previsto na lei de Consórcios Públicos e na sua regulamentação.

O que deve constar no Protocolo de Intenções:

1. Identificação do Consórcio - nome/denominação, objeto/finalidade, prazo de duração, local da sede do Consórcio (admitindo-se a fixação de prazo indeterminado);
2. Identificação dos entes consorciados, área de abrangência e de atuação, atribuições e competências;
3. Natureza jurídica – especificação da personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica;
4. Direitos e deveres dos contratantes – inserir cláusulas que estabeleçam condições para o cumprimento do contrato;
5. Publicação em Diário Oficial, para conhecimento público;
6. Observância às normas e às legislações vigentes no âmbito federal, estadual e municipal;
7. Estrutura organizacional, administrativa e recursos humanos.

2ª ETAPA:

Ratificação do Protocolo de Intenções por meio do poder Legislativo.

O Protocolo de Intenções, após a ratificação, converte-se no contrato de constituição do Consórcio Público.

É dispensável a ratificação para o ente da Federação que, antes de subscrever o protocolo de intenções, disciplinar por lei a sua participação no consórcio público, de forma a poder assumir todas as obrigações previstas no protocolo de intenções. (Art 6º, parágrafo 7º do Decreto 6.017/2007).

3ª ETAPA:

Elaboração do Estatuto.

- I. Após as etapas 1 e 2, será convocada a Assembléia Geral do Consórcio Público, que decidirá sobre o seu Estatuto, que tem por finalidade dispor sobre a organização do Consórcio, a estrutura administrativa, os cargos, as funções, atribuições e competências, forma de eleição, de organização e demais regras para sua funcionalidade.
- II. O Estatuto deve ser aprovado pela Assembléia Geral e publicado na imprensa oficial, no âmbito de cada ente consorciado, para que possa produzir os seus efeitos.

Após a 3ª etapa, procede-se junto a Receita Federal, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Por fim, encaminha-se toda documentação ao Tribunal de Contas do Município (TCM).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CONSÓRCIO

Para a operacionalização do Consórcio, faz-se necessária a estruturação do que deverá dispor de uma estrutura mínima, constituída por:

1. **Assembléia Geral** – com representação de todos os entes consorciados;
2. **Presidência** – representante legal do Consórcio;
3. **Diretoria Executiva** – constituída por um Diretor Geral e um Diretor Administrativo-Financeiro, escolhidos pela Assembléia Geral;
4. **Recursos Humanos** – técnico e pessoal administrativo.

COMO EXECUTAR AS AÇÕES DE UM CONSÓRCIO PÚBLICO

1. CONTRATO DE PROGRAMA

A partir do Contrato de Programa é que o Consórcio passará a executar as diversas ações e serviços públicos demandados pela sociedade. É o instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente, ou para com Consórcio Público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa.

O Contrato estabelece as obrigações de prestação de serviços pelos entes consorciados, a forma de transferência total ou parcial dos encargos, de pessoal ou bens necessários ao seu funcionamento. O Contrato de Programa exige uma Programação Pactuada Consorciada – PPC das demandas locais, baseada nas necessidades reais e do perfil da população.

Elementos que deve constar no Contrato de Programa:

1. A identificação dos bens transferidos;
2. Os tipos de transferências e sua periodicidade;
3. A indicação de quem arcará com o ônus;
4. O passivo do pessoal cedido;
5. Os recursos necessários à efetividade dos serviços;
6. A responsabilidade subsidiária de quem os transferiu.

O Contrato de Programa continuará em vigor mesmo se ocorrer a retirada de um dos membros consorciados.

É vedado celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa sem a celebração de contrato de programa ou sem que sejam observadas outras formalidades previstas em lei, nos termos do disposto no art. 10, inciso XIV, da Lei nº 8.429, de 1992.

2. CONTRATO DE RATEIO

- Instrumento jurídico formal que define as responsabilidades econômico-financeiras por parte de cada consorciado e a forma de repasse de recursos de cada participante, para a realização das despesas do Consórcio Público.

O Contrato de Rateio pressupõe a elaboração de uma Programação Pactuada Consorcial – PPC dos diversos serviços a serem prestados pelo Consórcio Público.

Os consorciados são partes legítimas para exigirem o cumprimento das obrigações previstas no Contrato de Rateio.

O Contrato de Rateio deve ser formalizado anualmente, para cada exercício financeiro, de acordo com a vigência das dotações orçamentárias existentes. Faz-se necessário, portanto, garantir a programação orçamentária da Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ente consorciado, em conformidade com os Planos Plurianuais (PPA) e os Contratos de Programa.

É vedada a aplicação de recursos por Contrato de Rateio em despesas de formas genéricas, sem as devidas especificações, inclusive as transferências ou operações de crédito.

COMO GERIR UM CONSÓRCIO PÚBLICO

GESTÃO FINANCEIRA DO CONSÓRCIO

Os recursos financeiros para gestão do Consórcio são provenientes

1. Dos recursos repassados pela União, Estado e Município;
2. Dos recursos oriundos de convênios, contratos e/ou parcerias com outras entidades;
3. Dos recursos de prestações de serviços técnicos;
4. Dos recursos eventuais que lhe forem repassados por entidades públicas e privados;
5. Das doações e transferências em geral;
6. Do produto de operações de crédito ou aplicações financeiras

Constituem patrimônio do consórcio

1. Bens móveis e imóveis;
2. Recursos financeiros;
3. Títulos diversos.

Das receitas

O Consórcio será remunerado pelos serviços que presta ou pelos bens que fornece, por meio de diversas fontes de recursos, tais como:

1. Contratação com a administração direta ou indireta. Para essa contratação a licitação poderá ser dispensada;
2. Receitas oriundas do Contrato de Rateio. Os entes consorciados somente poderão repassar recursos ao Consórcio Público mediante Contrato de Rateio;
3. Receitas de Convênio com entes não-consorciados;
4. Receitas advindas da gestão associada e prestação de serviços públicos, outorga de concessão, missão ou autorização de obras ou serviços públicos, desde que previsto no contrato do Consórcio, com a especificação do objeto e as condições a ser atendida, observadas a legislação em vigor.
5. Todos os ingressos de recursos financeiros para o Consórcio devem estar consignados de acordo com a legislação pertinente.

Procedimentos para o repasse financeiro

O Consórcio poderá receber recursos da União, dos estados e municípios, de acordo com os devidos instrumentos de transferência (Contrato de Rateio, Contrato Administrativo, Convênio e Contrato de Programa). A transferência do valor destinado ao Consórcio deve ser registrada, para posterior prestação de contas aos órgãos fiscalizadores competentes.



Verbas da União, Estado e Municípios, aplicada de forma eficiente, para um mesmo objetivo.

Controle e fiscalização

O Consórcio Público está sujeito à fiscalização financeira, organizacional, contábil, operacional e patrimonial dos Tribunais de Contas, do Poder legislativo, dos entes consorciados, da Assembleia Geral do Consórcio, entre outros.

GESTÃO DE PESSOAS

As atividades do Consórcio poderão ser executadas por servidores com vínculo efetivo cedidos temporariamente pelos entes consorciados, por pessoal contratado por tempo determinado ou por empregados pertencentes ao quadro do Consórcio, observado o seguinte:

1. O pessoal dos Consórcios será regido pela legislação trabalhista - CLT;
2. Os entes consorciados, ou com eles conveniados, poderão ceder servidores, na forma e condições da legislação de cada um;
3. Os servidores cedidos permanecerão no seu regime originário, celetista ou estatutário, não se estabelecendo vínculo funcional ou trabalhista com o Consórcio.
4. Não se configura novo vínculo trabalhista com o servidor cedido, inclusive, para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.
5. Os servidores poderão receber pagamento de adicionais ou gratificações, de acordo com a função exercida, desempenho e carga horária, ou compensação de créditos pela cessão de servidores com ônus, de acordo com critérios estabelecidos.
6. A contratação por prazo determinado, para atendimento de excepcional interesse público, poderá abranger as categorias profissionais, conforme o objeto do Consórcio;
7. A remuneração, os critérios para a revisão da remuneração e o pagamento de gratificações devem estar previstos no Protocolo de Intenções;
8. Os cargos de Direção e de Assessoria deverão ser preenchidos por profissionais de nível superior, por critérios técnicos de competência e experiência comprovada.



Profissionais capacitados sendo valorizados e inseridos no mercado de trabalho, ajudando no desenvolvimento da sua região.

GESTÃO DE COMPRAS (AQUISIÇÕES) E SERVIÇOS

Os Consórcios Públicos, como pessoas jurídicas de direito público, nas suas licitações para compras, obras e serviços estão sujeitos às normas que regem a administração pública, obedecendo entre outras ao disposto nas leis 4.320/64, 8.666/93, 8.987/95, 101/00 (lei Complementar), 10.520/02 e 11.079/04;

Para Consórcios formados por até 3 (três) entes da federação os valores serão o dobro dos mencionados para as modalidades de licitação previstas no Art. 23, da lei 8.666/93;

Para Consórcios formados por mais de 3 (três) entes da federação os valores serão o triplo dos mencionados para as modalidades de licitação previstas no Art. 23, da lei 8.666/93;

O Consórcio Público pode dispensar a licitação na celebração de contrato de programa com ente da federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em Contrato de Consórcio Público ou em convênio de cooperação.

As dispensas de licitação efetuadas pelos Consórcios, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, da lei nº 8.666/93, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Os Consórcios Públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados (art. 17, da lei nº 11.107/2005);

É facultado à entidade interessada o acompanhamento da licitação e da execução do contrato.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE UM CONSÓRCIO PÚBLICO

Responsabilidades dos consórcios

1. Executar os objetos estabelecidos nos contratos, convênios e instrumentos congêneres;
2. Promover o uso racional dos recursos, dos produtos, serviços e tecnologias;
3. Administrar os recursos em obediência às normas da administração pública, em especial a gestão fiscal, e à lei dos consórcios;

4. Respeitar os limites de endividamento, por meio de empréstimos obtidos pelos entes da federação, conforme o estabelecido na lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00); e
5. Submeter-se à fiscalização financeira, organizacional, contábil, operacional e patrimonial, pelos órgãos de controle competentes para apreciar as contas do Consórcio.

Noções de prestação de contas

O Consórcio Público deverá seguir as normas de Direito Financeiro aplicáveis às entidades públicas, estando sujeito à fiscalização pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio (art. 9º lei nº 11.107/05, Portaria nº 72/2012-STN)

Para fins de prestação de contas anual serão utilizadas as normas gerais de Direito Financeiro estabelecidas pela lei Federal nº 4320/64, quando não existir legislação ou norma legal específica. As formas mais comuns de obtenção de recursos financeiros são: contrato de rateio, contrato administrativo, convênios e contratos de programa, sendo observados os critérios de prestação de contas pertinentes a cada modalidade;

Os agentes públicos responsáveis pela gestão do Consórcio não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo Consórcio, mas respondem por todos os atos praticados em desconformidade com a lei ou disposições dos respectivos estatutos (art.10, da lei 11.107/05).

Os contratos de rateio deverão conter cláusulas que tratam da fiscalização e das penalidades pelo seu descumprimento. A fiscalização é atribuída ao sistema de controle interno do Consórcio, aos órgãos de controle interno e externo dos entes da federação consorciada e da sociedade civil organizada.

Os contratos de programa deverão conter cláusulas de obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas por parte do Consórcio Público, no que se refere a execução de obras e a prestação de serviços públicos (art. 33, Decreto 6.017/07).

Da prestação de contas de convênios

1. No âmbito da União, os procedimentos relativos às prestações de contas de convênios com transferência de recursos celebrados pelos Consórcios estão prescritos na IN/STN nº 01/97 e em manuais de procedimentos editados por cada um de seus órgãos ;

2. No âmbito do Estado de Goiás, os procedimentos relativos às prestações de contas de convênios com transferência de recursos celebrados pelos Consórcios estão prescritos na IN 00013/2014-TCM
3. No âmbito dos municípios, os procedimentos relativos às prestações de contas de convênios com transferência de recursos celebrados pelos Consórcios seguirão as normas específicas e, na ausência destas, supletivamente, as INs citadas anteriormente.
4. Vale ressaltar que as normas relativas à prestação de contas dos Consórcios Públicos para seus respectivos órgãos de controle externo ainda estão em fase de análise na Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

LEGISLAÇÃO SOBRE CONSÓRCIO PÚBLICO*

A Emenda Constitucional 19/1998 acrescentou à redação do artigo 241 da Constituição Federal de 1988 a figura dos Consórcios Públicos autorizando a gestão associada de serviços públicos.

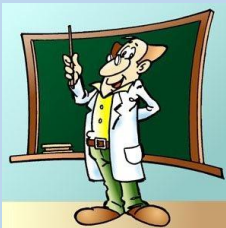
Somente sete anos após a edição da Emenda Constitucional é que se tem a publicação de uma lei infraconstitucional que regulamenta a aplicação do instituto do Consórcio Público ou seja a Lei Federal n. 11.107/2005 que foi regulamentada pelo Decreto nº 6.017/2007.

Baseado nessas normativas, a Secretaria do Tesouro Nacional publicou a Portaria nº 72/2012 para regulamentar a forma de cumprimento das normas de contabilidade pública e responsabilidade fiscal pelos Consórcios Públicos e pelos respectivos entes da Federação consorciados.

Vale lembrar ainda que os Consórcios Públicos também estarão sujeitos ao estrito cumprimento dos ditames do Protocolo de Intenções, dos Contratos de Programa e dos Contratos de Rateio.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Constituição Federal/1988



Art. 25...

§ 3º- *Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas microrregiões, Constituídas por agrupamento de municípios limítrofes, para Integrar a organização, o planejamento e a execução de funções Públicas de interesse comum.*

A Emenda Constitucional nº 19, de 04 de Junho de 1998, conferiu nova redação ao Art. 241 da Constituição Federal, que passou a prever expressamente os consórcios públicos e os convênios de cooperação.



Art. 241- *“A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios disciplinarão por meio de lei os Consórcios Públicos e os Convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, bens, serviços e pessoal necessários à continuidade dos serviços transferidos.”*

1. Os Consórcios Públicos e os Convênios de Cooperação devem ser disciplinados por lei entre os entes que entre si cooperam.
2. Os Consórcios Públicos são pessoas jurídicas que integram a Administração Pública.
3. Podem ser formados por entes federativos de níveis distintos: entre Municípios, Estado e Municípios ou com a participação da União.

Legislação Federal

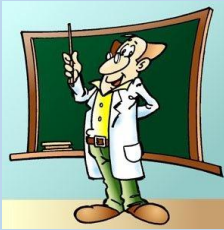
1. Lei nº 8.080/1990- Lei Orgânica da Saúde.
2. Lei nº 8.142/1990 - que trata da participação da comunidade na gestão do SUS e das transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.
3. Lei nº 8.666/1993 - Art. 24, inciso XXVI- Licitações e Contratos.
4. Lei Complementar nº 101/2000- Lei de Responsabilidade Fiscal
5. Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 - Lei de Consórcios Públicos
6. Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamentou a Lei nº 11.107/2005.
7. Portaria STN nº 72/2012 – regulamentou a consolidação das contas e da gestão orçamentária, financeira e patrimonial pelos Consórcios Públicos.

Lei Orgânica da Saúde - nº 8.080/1990



Art. 10- *Os municípios poderão constituir Consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.*

§ 1º- *Aplica-se aos Consórcios administrativos intermunicipais o princípio da direção única e os respectivos atos constitutivos disporão sobre sua observância.*

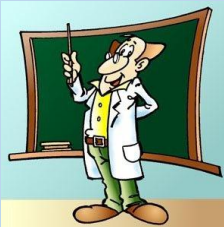
Lei nº 8.142/1990

Art. 2º Os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão alocados como:

IV- Cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Art. 3º...

§ 3º- Os municípios poderão estabelecer Consórcio para execução de ações e serviços de saúde, remanejando, entre si, parcelas de recursos previstos no inciso IV do art. Art. 2º desta lei.

Lei nº 8.666/1993

Art. 24...

XXVI É dispensável a licitação na celebração de contrato de programa com ente da federação ou entidade da administração indireta, para prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em consórcio público ou em convênio de cooperação.

LEI DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS - nº 11.107/2005**Principais destaques da Lei:**

1. **Fortalecimento da cooperação federativa** - A Lei de Consórcios Públicos disciplinou os instrumentos de cooperação federativa; estabeleceu normas gerais para a contratação de Consórcios Públicos em todos os níveis de Governo; autorizou celebração de contrato de programa entre os entes da federação e da Administração Indireta, entre outras providências.
2. **Regionalização e a descentralização** - a execução das políticas públicas deve ter uma atuação integrada entre os diferentes entes da federação para a efetiva consolidação do SUS.
3. **Princípio da subsidiariedade** - a primazia na execução das ações é do município. Quando este não possui as condições técnicas e operacionais para atuar, por meio da subsidiariedade, a cooperação entre as instâncias locais e regionais possibilita a efetivação das políticas públicas.
4. **Permissão de diferentes formas de cooperação: horizontal** (Município para Município, de Estado para Estado) ou **vertical** (da União com os Estados e Municípios; dos Estados para os Municípios).

5. **Mudança na Lei de improbidade administrativa** - alterou a Lei nº 8.429/1992, onde passou a configurar como improbidade administrativa, as seguintes condutas:

- a) Ajustar a gestão associada sem observância à Lei dos Consórcios Públicos.
- b) Celebrar Contrato de Rateio sem prévia e suficiente dotação orçamentária ou observância às exigências legais.

REGULAMENTAÇÃO DA LEI DOS CONSÓRCIOS - Decreto nº 6.017/2007

Regulamentou a Lei dos Consórcios com normas gerais de contratação.

Estabeleceu a competência da **Secretaria do Tesouro Nacional** de editar **normas gerais de consolidação das contas** dos Consórcios Públicos para que a sua gestão **financeira e orçamentária** se realize na conformidade dos pressupostos da **responsabilidade fiscal**. (Portaria STN nº 72/2012)

Apresentou as diretrizes para a regulamentação dos Consórcios Públicos abordando o tratamento orçamentário e financeiro, fiscal e patrimonial.

Em decorrência do Art.20 da Lei 11.107/2005 e do Art. 40, inciso II do Decreto nº 6.017/2007, a Secretaria do Tesouro Nacional publicou a Portaria nº 72/2012 para regulamentar a forma de cumprimento das normas de contabilidade pública e responsabilidade fiscal pelos Consórcios Públicos e pelos entes da Federação consorciados.

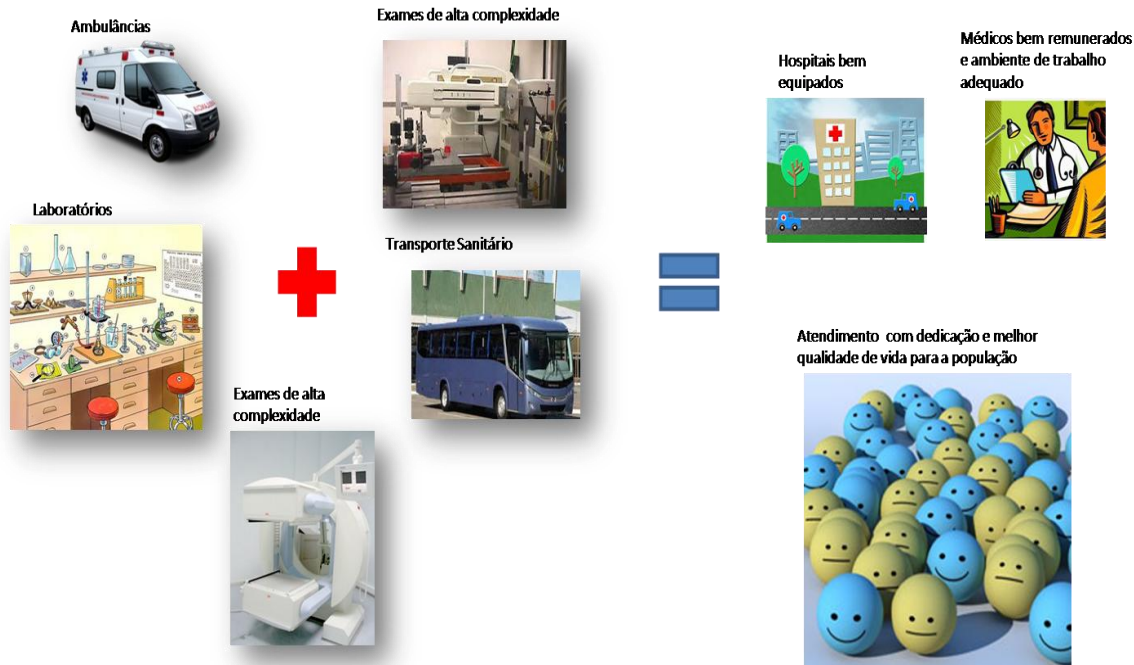
- A Portaria apresentou regras para gestão orçamentária, financeira e contábil dos recursos recebidos, principalmente em virtude dos contratos de rateio.

- Normatizou a elaboração dos orçamentos dos entes consorciados e dos Consórcios; a definição de prazos para os Consórcios prestarem informações; a classificação das receitas em códigos fonte e registro patrimonial pelos entes consorciados de suas participações no consórcio, por equivalência patrimonial e regras para transparência.

Em um mundo globalizado, faz-se necessário, ações conjuntas para o bem da sociedade.



Os Consórcios Públicos vieram para que, as ações individuais se tornem uma força conjunta para realizações das necessidades sociais.



*DOCUMENTO FONTE: MANUAL DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS – Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – vol. 18 – 2010